



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 24287/24
Rubrica: [assinatura] Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 6524524b-987d-4d97-aac4-d9320ab4bfe9
Protocolo: Processo Requerimento Nº 024287/2024
Data: 02/09/2024 15:27:04
Origem: FF PERES CLINICA VETERINARIA ME
*** contatos indisponíveis ***
Contato: FF PERES CLINICA VETERINARIA ME
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 02/09/2024 15:27:23	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Ao Excelentíssimo Senhor Pregoeiro e Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Referente PE 90.095/2024 – Contratante UASG 985867

Objeto : Serviços Médicos Veterinários

A **FF Peres Clínica Veterinária ME**, com sede a Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0001-70 vem, por intermédio de seu representante legal o Sr Frederico de Figueiredo Peres portador da carteira de identidade nº 134012293 IFPRJ, inscrito no CPF sob nº 095.758.147-54, apresentar de forma tempestiva:

RECURSO

Pelos fatos e fundamentos a seguir.

Ocorre que na ocasião da reabertura da sessão na data de 23/08/2024 através de mensagem enviada via chat (Enviada em 23/08/2024 às 10:04:46h) sob o texto:

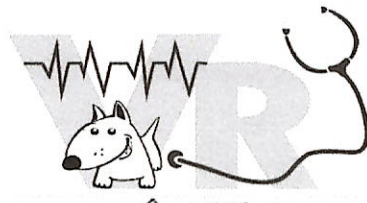
“Informo a todos que a Documentação da empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA, não atendeu ao solicitado no item 4 do Termo de referencias. Em especial ao item 4.1.”

O Sr Pregoeiro então, desclassifica a proposta da empresa FF PERES na fase de habilitação em razão do alegado a seguir:

- *É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imedi ato.*

A partir de então considera-se a empresa FF PERES desclassificada, por suposto não atendimento a item 4.1 do Termo de Referência.

Telas conforme o ocorrido:



Processo Nº: 24287/24
Rubrica R Fls: 04

Mensagens

Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

Pregão Eletrônico N° 90095/2024 (SRP)

Mensagem do Pregoeiro

- É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato.

Enviada em 23/08/2024 às 10:05:19h

Mensagem do Pregoeiro

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

Enviada em 23/08/2024 às 10:05:07h

Mensagem do Pregoeiro

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Enviada em 23/08/2024 às 10:04:58h

Mensagem do Pregoeiro

Informo a todos que a Documentação da empresa FF PERES CLINICA VETERINARIA LTDA, não atendeu ao solicitado no item 4 do Termo de referencias. Em especial ao item 4.1.

Enviada em 23/08/2024 às 10:04:40h

Mensagem do Pregoeiro

Senhores licitantes, bom dia.

Enviada em 23/08/2024 às 10:00:49h

A REC Mensagens

Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

Pregão Eletrônico N° 90095/2024 (SRP)

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

A fase de recurso do item 1 está aberta até 28/08/2024.

Enviada em 23/08/2024 às 10:19:26h

Mensagem do Pregoeiro

Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.

Enviada em 23/08/2024 às 10:12:37h

Mensagem do Pregoeiro

Cabe informar a todas as empresas participantes que o processo será revisado e será realizada nova licitação em um momento futuro.

Enviada em 23/08/2024 às 10:10:56h

Mensagem do Pregoeiro

Desta forma o processo encontra-se Fracassado e está aberto o prazo para manifestação de recursos conforme já descrito pelo sistema.

Enviada em 23/08/2024 às 10:08:35h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/08/2024 10:17:35.

Enviada em 23/08/2024 às 10:07:35h

Considerados os fatos mencionados, destacamos os fundamentos a seguir:

A mencionada referência do item 4.1 causa a empresa FF PERES total estranheza visto os apontamentos a seguir:

Artigo 9 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.



Processo Nº: 24287/24
Rubrica: [assinatura]
Fls: 05

Processo Nº: 24287/24
Rubrica: [assinatura]
Fls: 06

Vale a emenda

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Queremos destacar nesse contexto algumas questões, que fogem ao nosso entendimento e ao nosso ver fogem a ordem legal conforme artigo destacado:

- Primeiramente não foi dada oportunidade para a empresa vencedora se manifestar a acerca da fase contratual, onde deveria ser apresentada comprovações de possibilidade de início imediato nas atividades após análise da habilitação. Nota-se que foi solicitada toda documentação de habilitação e a desclassificação ocorreu em razão da sede original do CNPJ da empresa, sendo dado como urgente o atendimento imediato ao serviço solicitado.

- Outro fato ao nosso ver sem sentido é que a urgência na execução do serviço não foi cogitada quando foi dada como fracassada a licitação com empresa qualificada e habilitada que poderia imediatamente iniciar suas atividades, com certeza, inclusive, muito antes de uma nova convocação de um novo certame que já levou dias para ser concluído, após análise e queda de 3 empresas dentre elas empresa da própria cidade que não estava apta para fazer o serviço.

- Importante destacar ainda que o termo de referência faz sim menção no seu item 4.1 a uma localização na cidade:

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato.

Porém, esta constatação seria realizada conforme diz o próprio tópico, nos:

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

Vale ressaltar ainda que, inúmeros acórdão proíbem esta restrição para não restringir a competitividade no certame, que ficou viciado em só contratar quem fosse da cidade, sabendo todos que a liberação de uma sede de uma clínica é bem mais rápida do que a própria nova publicação e e um novo julgamento de proposta em uma nova realização de um certame.

Ainda que a jurisprudência seja permissiva quanto a possibilidade de restrição de endereço restringindo a competitividade, esta indicação deve ser acompanhada de justificativa plausível, porém neste caso a urgência perde seu total efeito, visto que se fosse de fato a urgência a principal linha de enfrentamento para se realizar o serviço, deveria ter sido dada a



Processo Nº: 24287/24
Rubrica: [assinatura] Fls: 06

Processo Nº: 24287/24
Rubrica: [assinatura] Fls: 07

Vale a emenda [assinatura]

oportunidade com prazo mínimo para comprovação imediata da estruturação da Clínica que iria iniciar os atendimentos. Oportunidade essa que não foi indagada, nem cogitada, desperdiçando tempo, recursos e desprezando a necessidade urgente tão utilizada para fracassar a licitação.

Haja vista toda brecha legal que podemos ter em nossa legislação e jurisprudência os órgãos públicos devem pautar suas decisões na razoabilidade, na urgência e na conveniência do serviço público e por estes fatos expostos, a empresa FF PERES solicitou este recurso, visto que a maior necessidade de urgência poderia ter sido sanada mais brevemente, sendo oferecida a esta empresa um prazo mínimo para adequação das necessidades para início imediato.

Da solicitação deste recurso:

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos que seja reapreciada a matéria, para que seja sanada a restrição de competitividade bem como a questão de urgência mencionada bem como ainda, a reparação de injusta desclassificação visto que a empresa esta completamente habilitada e a justificativa para tal fracasso do certame não traduz o sentido de urgência declarado na solicitação da prestação de serviço para a população.

Requer ainda que seja a empresa FF PERES convocada para apresentar meios para início imediato, tão logo termine os prazos recursais e chegue ao tempo devido de assinatura do contrato quanto então deverá apresentar todas as comprovações de que pode iniciar imediatamente os serviços solicitados.

É o que temos para defender em sede de recurso administrativo, alinhado aos anseios da população que aguarda o serviço bem como ao entendimento legal e a urgência pleiteada na abertura de solicitação do serviço.

No mais fica a cargo de busca por direitos em sede jurídica se assim for necessária a busca por decisão em foro específico.

Nos colocamos a disposição para esta respeitável comissão e Pregoeiro em exercício.

Sem mais,

Atenciosamente,

Araruama, 28 de Agosto de 2024.

FF Peres Clínica Veterinária ME – CRMV 13370-PJ (RJ)

CNPJ nº 27.296.807/0001-70

Frederico de Figueiredo Peres (Sócio Administrador)

CPF: 095.758.147-54

FF Peres Clínica Veterinária ME – CNPJ nº 27.296.807/0001-70

Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ

Contato: (22) 2664-2803 - vet.regionalararuama@gmail.com

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.095/2024.

Processo Licitatório nº: 1.474/2024

Processo Recurso nº: 24.287/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.095/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 27.296.807/0001-70, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 24.287/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 23/08/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 1.474/2024, a empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 03 a 06.

Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que a sua desclassificação teria sido indevida, pois o item 4.1 do Edital restringiria a competitividade do certame e que não fora oportunizada à empresa vencedora a manifestação acerca da possibilidade de comprovação de início imediato das atividades.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que seja reapreciada a matéria, para que seja sanada a restrição de competitividade, bem como a reparação da injusta desclassificação, visto que a empresa estaria completamente habilitada e a justificativa para tal fracasso do certame não traduziria o sentido de urgência declarado na solicitação da prestação de serviço para a população.

Requer, ainda, que seja a empresa FF PERES convocada para apresentar meios para início imediato, tão logo terminem os prazos recursais e chegue ao tempo devido de assinatura do contrato, quando então, deverá apresentar todas as comprovações de que pode iniciar imediatamente os serviços solicitados.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 24.287 /2024

RUBRICA: 41 FOLHA: 09

Comissão de Pregão I

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Considerando que a decisão que desclassificou a empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA foi fundamentada no item 4.1 do Anexo I do Edital, o qual dispõe que "É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência", submeto as razões da recorrente para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma que dispõe o subitem 22.5 do Edital.

Ato contínuo, recomendamos que o presente processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município, com o intuito de subsidiar a decisão deste pregoeiro, tendo em vista que a recorrente suscitou dúvida acerca da legalidade da exigência do conteúdo do item 4.1 do Termo de Referência.

Nova Friburgo, 03 de setembro de 2024.

LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:108585977

05

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Assinado digitalmente por LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=2020223000107, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARTREND, OU=RFB e-CPF A3, CN=LEONARDO GABRIG PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.09.03 10:18:09-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2



Nova Friburgo, 06 de setembro de 2024

Ref.:	Processo administrativo nº 24287/2024 - FF Peres Clínica Veterinária ME
Assunto:	Resposta ao recurso apresentado

Trata-se de processo administrativo instaurado para apresentação de recurso pela Pessoa Jurídica FF Peres Clínica Veterinária ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.296.807/0001-70, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, que tem por referência o Pregão Eletrônico nº 90.095/2024.

Em breve resumo, alega a empresa recorrente que a exigência prevista no item 4, *Requisitos da contratação*, no que tange à necessidade abaixo transcrita, restringe a competitividade do procedimento licitatório:

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- *É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato.*

Argui que não foi disponibilizada oportunidade para a empresa se manifestar quanto à imediata estruturação da Clínica.

Sendo assim, cumpre destacar que o processo licitatório possui princípios explícitos na Lei Federal nº 14.133 (Lei de Licitações), em seu art. 5º, sendo um deles a vinculação ao edital, vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da

celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Dessa forma, resta evidente que a previsão impugnada pela empresa licitante encontra-se no item 4 do Termo de Referência, apêndice ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.095/2024. Neste ponto cabe salientar que, conforme o princípio acima mencionado, toda a fase de habilitação e julgamento tem por imposição legal o respeito e obediência às previsões para contratação estipuladas pelo setor requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável. O requisito considerado como necessário para implementação imediata do serviço foi devidamente estipulado pela equipe de planejamento quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar disponibilizado para consulta.

Soma-se a isso o fato de que a disponibilização prévia do edital e seus anexos, tem como ponto principal ciência e consulta de pessoas interessadas em participar do certame dos requisitos necessários para sua participação. Logo, os licitantes têm por responsabilidade o conhecimento dos termos estipulados nos documentos que formam o processo licitatório.

Não há de se falar em restrição da competitividade, uma vez que em nenhum momento restou impedida a participação de empresa com sede fora do Município de Nova Friburgo, razão pela qual, inclusive, optou-se por Pregão em sua modalidade Eletrônica, uma vez que este permite a participação de qualquer empresa.

O Termo de Referência estabeleceu que a empresa, mesmo que sediada fora do município, possuísse estrutura apta a prestação dos serviços que viessem ser contratados, o que não restou comprovado pela recorrente. Não sendo viável a remoção de animais abrangidos pelo objeto da licitação até outros municípios, nos quais a licitante, eventualmente pudessem possuir estrutura.

Noutro giro, qualquer alteração do edital que viesse estabelecer algum prazo para estruturação da licitante no Município, deveria, **em razão do caráter competitivo**, ser igualmente concedido a outras empresas participantes do certame, isso sem se considerar a hipótese da não participação de outras empresas em virtude da previsão impugnada.

Assim, tendo em vista o caráter de obrigatoriedade do requisito impugnado, entende-se, que a eventual modificação do edital, com a disponibilização de prazo para que a empresa estabelecesse estrutura física no Município de Nova Friburgo, deveria importar na abertura de novo pregão, no qual, eventuais empresas na mesma situação da recorrente, pudessem também participar deste certame.

Destaca-se que o próprio Tribunal de Contas da União entende que uma licitação é considerada fracassada quando todos os licitantes são inabilitados ou desclassificados, não restando nenhum apto a contratar com a Administração Pública. Isso acontece quando, **apesar de haver interessados, as propostas apresentadas não preenchem os requisitos mínimos do edital ou da lei.**



Sendo assim, mesmo a urgência invocada no processo licitatório, não seria capaz de afastar ditames legais, e princípios que regem a administração pública, dentre eles o da isonomia, razão pela qual entende-se não assistir razão à Recorrente, devendo ser julgado improcedente o recurso interposto.

Em atenção à parte final do despacho de fl. 07-09, remetam-se os autos à Douta Procuradoria para análise quanto aos aspectos jurídicos e legais.



Elisângela Alcina Faustino Rodrigues

Subsecretária de Bem-Estar Animal
Matr.: 062.905

De acordo:



Dalmi de Almeida Mendonça

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável
Matr. 063.558



Processo Administrativo n.: 24.287/2024

Recorrente: FF Peres Clínica Veterinária ME

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.095 de 2024 - Processo Licitatório n. 1.474/2024

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.095 de 2024 - Processo Licitatório n. 1.474/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para prestação de serviços médico-veterinários, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 09 de setembro de ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se, a seguir, ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, afirma a recorrente, às fls. 03/06, que teve a sua proposta desclassificada em razão do suposto descumprimento do item 4.1 do Termo de Referência, segundo o qual é imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência.

Alega, ainda, que não foi dada oportunidade para a empresa se manifestar acerca da fase contratual, onde deveria ser apresentadas comprovações de possibilidade de início imediato das atividades, tendo sido desclassificada em razão da sede original do CNPJ da empresa e dado como urgente o atendimento imediato ao serviço solicitado.



Aduz que a urgência na execução do serviço não foi cogitada quando foi dada como fracassada a licitação, com empresa qualificada e habilitada que poderia imediatamente iniciar suas atividades muito antes de uma nova convocação de um novo certame.

Afirma que, ainda que a jurisprudência seja permissiva quando à possibilidade de restrição de endereço, restringindo a competitividade, esta indicação deve ser acompanhada de justificativa plausível, porém, no caso do certame a justificativa de urgência perde seu efeito, uma vez que se fosse o caso deveria ter sido dada a oportunidade com prazo mínimo para comprovação da imediata estruturação da clínica que iria iniciar os atendimentos.

Por fim, requer a reapreciação da matéria para que seja sanada a restrição de competitividade e a questão de urgência mencionada, bem como a sua convocação para apresentar meios para início imediato.

I.2. Da Manifestação do Pregoeiro

O Pregoeiro, em despacho acostado às fls. 07/09, conheceu do recurso, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos para manifestação técnica do setor requisitante, na forma do subitem 22.5 do Edital e, após, a esta Procuradoria para análise da legalidade, a fim de subsidiar a sua decisão.

I.3. Da Manifestação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Em resposta ao recurso, a Secretaria afirma que a previsão impugnada se encontra devidamente prevista no item 4 do Termo de Referência, apêndice do Edital, cujo requisito considerado como necessário para implementação imediata do serviço foi devidamente estipulado pela equipe de planejamento quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar.



Afirma, ainda, que os licitantes têm por responsabilidade o conhecimento dos termos estipulados nos documentos que formam o processo licitatório, não havendo falar em restrição da competitividade, uma vez que em nenhum momento restou impedida a participação de empresa com sede fora do Município, mas sim que a empresa, mesmo que sediada fora do Município, possuisse estrutura apta à prestação dos serviços que viessem a ser contratados, não sendo viável a remoção de animais abrangidos pelo objeto da licitação até outros municípios.

Aduz que, qualquer alteração do edital que viesse estabelecer algum prazo para estruturação da licitante no Município deveria importar na reabertura de novo pregão, no qual outras licitantes na mesma situação da recorrente pudessem também participar.

Por fim, afirmou não assistir razão à recorrente, pugnando pela improcedência do recurso interposto.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

[...]



§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

"O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos".



No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro solicitou manifestação jurídica com intuito de subsidiar a sua decisão, sendo certo que a Secretaria requisitante se manifestou pela improcedência do recurso.

Salvo melhor juízo, alguns apontamentos merecem desdobramento a fim de que possa ser realizada a análise da legalidade e juridicidade.

O Termo de Referência é parte integrante do Edital de Licitação, refletindo questões técnicas e práticas que a vivência administrativa da Secretaria solicitante venha a justificar a exigência, primando pela eficiência administrativa.

No caso em exame, o objeto licitado é a contratação de *“empresa especializada para prestação de serviços médico veterinários, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável”*.

O Termo de Referência, em seu subitem 4.1, assim dispôs:

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:



24287
10 09 24
18 Felipe

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- *É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato.*

(...)

- *Os serviços de atendimento de urgência e emergência deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal;*

Verifica-se, assim, que foram estabelecidos dois requisitos: i) que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência; e ii) a empresa deve apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato, os quais serão abordados a seguir.

II.1. Quanto à exigência de localização da empresa dentro dos limites do Município de Nova Friburgo.

Conforme narrado, o objeto licitado prevê o atendimento aos animais “resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida”.

Em se tratando de atendimento de urgência e emergência de animais em sofrimento e/ou debilidade extrema, de fato, não é razoável que sejam transferidos para outros Municípios, justificando-se a exigência de que a empresa contratada esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo.



Em que pese a garantia legal da ampla concorrência, já que a Lei das Licitações garante a competitividade no procedimento, não se trata de regra absoluta, podendo ser mitigada a depender da situação concreta, a fim de observar os princípios do interesse público, eficiência, razoabilidade, economicidade, dentre outros.

A questão é tratada pela jurisprudência como exigência de limitação geográfica, prevalecendo o entendimento de que é possível, desde que demonstrada a real necessidade da localização para a execução satisfatória do contrato.

Sendo assim, depreende-se que há objetos licitados onde a localização geográfica é indispensável para a execução satisfatória do contrato. Entretanto, o limite geográfico deve respeitar o princípio da proporcionalidade e deve ser apresentada justificativa plausível/satisfatória para o mesmo.

Sobre o tema, o TCU assim já se manifestou:

Enunciado

Nas licitações de serviços de manutenção e reparo de veículos, o emprego de critério de distância máxima entre a localização do órgão licitante e a da empresa licitante pode ser utilizado, desde que represente solução que garanta a economicidade almejada e não imponha restrições desnecessárias ao caráter competitivo do certame¹.

No voto, o Ilmo. Relator explicitou que a limitação geográfica dependerá da explicação técnica elaborada pela Administração para justificar a “cláusula restritiva”:

6. No que tangencia à limitação geográfica imposta pela Administração, na esteira dos argumentos apostos pela Unidade Técnica, o emprego de critérios de distância máxima de fato pode restringir a participação de empresas. Todavia, trata-se de medida por vezes necessária, porquanto a remessa de veículos a oficinas mecânicas demanda gastos com combustível e mão de obra de motoristas. Assim, ao delinear a contratação, deve o gestor público sopesar tais fatores, de modo a atingir solução que garanta a economicidade almejada sem impelir restrições desnecessárias ao caráter competitivo do certame.

¹ Acórdão TCU 520/2015-Segunda Câmara, data da sessão: 24/02/2015, Relator: Vital do Rêgo.



PROCESSO Nº 24287
DATA 10/09/24
Folha Nº 20 Rubrica Felipe

7. In casu, avaliando as teses trazidas pelo TRT-2, verifica-se que a limitação geográfica parece não ter sido fator determinante para a frustração da licitação. Como bem coloca a Unidade Jurisdicionada, em consulta ao Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios ' SINDIREPA de São Paulo/SP, **no raio de doze quilômetros da sede do TRT-2, mais de cem empresas estariam habilitadas a participar do certame licitatório. Nesse norte, a exigência de limitação geográfica parece não ter provocado prejuízo à competitividade do certame.**

No mesmo sentido é o entendimento dos tribunais:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. RESTRIÇÃO À LOCALIZAÇÃO DOS LICITANTES. REGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA. A limitação geográfica do local de prestação dos serviços contratados deve se pautar pelo princípio da razoabilidade, de forma a evitar restrição exagerada ou abusiva que comprometa a ampla competitividade na licitação. (TCE-MG - DEN: 932344, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 28/11/2017, Data de Publicação: 26/01/2018)

MANDADO DE SEGURANÇA – Alegação de que as cláusulas editalícias que estabeleceram a limitação geográfica para a prestação dos serviços objeto do Edital de Concorrência nº 01/2022 estão em desacordo com o princípio da isonomia – Inocorrência da aventada ilegalidade – Objeto da licitação que comporta a limitação geográfica imposta por meio de Edital Público – Ordem denegada – R. sentença confirmada. Recurso improvido. (TJ-SP - AC: 10063603420228260269 SP 1006360-34.2022.8.26.0269, Relator: Carlos Eduardo Pachi, Data de Julgamento: 09/09/2022, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 09/09/2022)

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL. EXIGÊNCIA DE LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA. ADMISSÍVEL A CLÁUSULA COM BASE NO BINÔMIO CUSTO-BENEFÍCIO. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. CLÁUSULA EDITALÍCIA QUE ESTABELECE LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA É ADMISSÍVEL NAS HIPÓTESES EM QUE A LOCALIZAÇÃO TRAZ ECONOMIA NA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO E EM QUE A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SEDIADOS NUM RAIOS DISTANTE DA SEDE CONTRATUAL IMPLICARIA A AMPLIAÇÃO DOS CUSTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO. 2. CONSIDERADA IMPROCEDENTE, A DENÚNCIA É ARQUIVADA, COM FUNDAMENTO NO ART. 176, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



(TCE-MG - DEN: 1007418, Relator: CONS. ADRIENE ANDRADE, Data de Julgamento: 11/07/2017, Data de Publicação: 10/08/2017).

DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ERRO FORMAL. RESTRIÇÃO TERRITORIAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO. (...)

3. Para que não caracterize ofensa à isonomia e à competitividade, a exigência relativa à localização geográfica de licitante deverá ser adotada com base em motivo razoável, que atenda ao interesse público e aos princípios da eficiência e da economicidade. (TCE-MG - DEN: 1114763, Relator: CONS. SUBST. TELMO PASSARELI, Data de Julgamento: 19/09/2023)

O STJ também já se manifestou que “(...) 3. Conforme a decisão emitida pela Corte de Contas Estadual, não há o que censurar na compra dos combustíveis, quanto há um único posto de abastecimento na cidade; não poderia a Administração concordar que os veículos do Município se deslocassem a longas distâncias para efetuar o abastecimento, com visíveis prejuízos ao Erário (...)”².

No caso dos autos, como anteriormente narrado, a urgência a que se refere o subitem 4.1 é no sentido do atendimento aos animais resgatados nas vias e áreas públicas municipais que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, não sendo razoável que sejam transferidos para outros Municípios em tais condições, justificando-se, s.m.j., a exigência de que a empresa contratada esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, em consonância com a da jurisprudência sobre o tema.

Isso não impede, todavia, que o futuro edital possa prever prazo para que a empresa vencedora venha a se instalar no Município, caso a Secretaria requerente entenda plausível tal possibilidade, o que deve ser objeto de manifestação técnica pela mesma, não sendo possível, entretanto, conceder agora tal prazo à recorrente, em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme afirmado pela Secretaria requerente.

² HC 88.370/RS, 5ª T., rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 28.10.2008.



24287
10/09/24
22 Felipe

II.2. Da exigência de início imediato dos serviços.

No tocante à exigência de que a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato, trata-se de requisito inerente à ato de gestão da Secretaria requisitante, com fundamento no estudo técnico preliminar e no termo de referência, cujos documentos são responsáveis pelo delineamento da contratação.

A Subsecretaria de Bem Estar Animal, às fls. 10/12, afirmou que não há que se falar em restrição à competitividade, *“uma vez que em nenhum momento restou impedida a participação de empresa com sede fora do Município de Nova Friburgo, razão pela qual, inclusive, optou-se por Pregão em sua modalidade Eletrônica, uma vez que esta permite a participação de qualquer empresa”*, bem como que *“O Termo de Referência estabeleceu que a empresa, mesmo que sediada fora do Município, possuísse estrutura apta a prestação dos serviços que viessem ser contratados, o que não restou comprovado pela recorrente.”*.

Salvo melhor juízo, a obrigação de a empresa comprovar, já na proposta, que possui a estrutura apta ao início imediato, inviabilizaria a participação de licitante não sediada no Município, tendo em vista que importaria em encargo extremamente oneroso apenas para a mera participação no certame, o que é vedado pela Corte Federal de Contas.

Assim, no entender desta assessoria, deve a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, por meio da Subsecretaria de Bem Estar Animal, avaliar a viabilidade técnica de inserir, no futuro edital licitatório, a possibilidade de que as empresas licitantes, não sediadas no Município, venham a se estabelecer, caso se sagrem vencedoras, fixando prazo razoável para tanto, de forma a ampliar a competitividade ou, no caso da impossibilidade, apresentar as devidas razões técnicas e fáticas que insurgem no caso concreto, com fulcro no art. 22 da LINDB³.

³ Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

24287
10 09 24
23
Jelpe

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 09 de setembro de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773


Ednaldo M. V. da Veiga
SUBPROCURADOR DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS
Matrícula: 63.347



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL

PROC. Nº: 24287/2024
RUBRICA: 
FOLHA: 24

Nova Friburgo, 11 de setembro de 2024

Ref.:	Processo administrativo nº 24287/2024 - FF Peres Clínica Veterinária ME
Assunto:	Resposta ao recurso apresentado

Ciente da manifestação da Douta Procuradoria Geral do Município, às fls. 13-23.

Considerando todo o exposto nos autos, com ênfase à impossibilidade de abertura de prazo para instalação da empresa licitante no Município de Nova Friburgo, conforme exposto na manifestação de fls. 10-12, bem como explicitado pela r. PGM, remeto o presente processo à Comissão de Pregão I.



Elisângela Alcina Faustino Rodrigues

Subsecretária de Bem-Estar Animal
Matr.: 062.905

De acordo:



Dalmi de Almeida Mendonça

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável
Matr. 063.558

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.095/2024.

Processo Licitatório nº: 1.474/2024

Processo Recurso nº: 24.287/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.095/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 27.296.807/0001-70, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 24.287/2024.



I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 23/08/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 1.474/2024, a empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 03 a 06.

Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que a sua desclassificação teria sido indevida, pois o item 4.1 do Edital restringiria a competitividade do certame e que não fora oportunizada à empresa vencedora a manifestação acerca da possibilidade de comprovação de início imediato das atividades.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que seja reapreciada a matéria, para que seja sanada a restrição de competitividade, bem como a reparação da injusta desclassificação, visto que a empresa estaria completamente habilitada e a justificativa para tal fracasso do certame não traduziria o sentido de urgência declarado na solicitação da prestação de serviço para a população.

Requer, ainda, que seja a empresa FF PERES convocada para apresentar meios para início imediato, tão logo terminem os prazos recursais e chegue ao tempo devido de assinatura do contrato, quando então, deverá apresentar todas as comprovações de que pode iniciar imediatamente os serviços solicitados.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.

Comissão de Pregão I

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Cabe salientar que a empresa recorrente teve a oportunidade de questionar o edital por meio de impugnação e não o fez dentro do prazo legal estipulado pela legislação e ratificado no edital.


Oportuno ressaltar, ainda, que durante a condução do certame, outra empresa participante com proposta mais vantajosa economicamente também foi desclassificada por não cumprimento dos requisitos contidos no item 4.1 do termo de referência, obedecendo ao princípio da isonomia.

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, sem nada mais a evocar, CONHEÇO do presente Recurso interposto pela empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90.095/2024, e subsidiado pela manifestação da Subsecretaria de Bem-Estar Animal (fls. 10 a 12) e da Procuradoria Geral do Município (fls. 13 a 23), no mérito, NEGO PROVIMENTO, permanecendo a decisão anteriormente proferida.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.095/2024.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2024.



Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934